

**SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC)****TIPO 1****SUA PROVA**

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

**TEMPO**

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

1

A Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, estabelece os procedimentos contábeis que devem ser adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), além de regulamentar o registro e a avaliação de títulos e valores mobiliários no âmbito dessas entidades. A norma visa uniformizar práticas contábeis, assegurar a transparência das demonstrações financeiras e garantir que os ativos sejam avaliados de acordo com critérios consistentes e atualizados, refletindo adequadamente a sua realidade econômica. Essas diretrizes são fundamentais para a confiabilidade das informações financeiras e para a proteção dos interesses dos participantes e assistidos dos planos de previdência. Para o registro contábil de processo sucessório, a entidade deve observar alguns conceitos.

Relacione os termos a seguir, estabelecidos na Resolução CNPC nº 43/2001, com suas respectivas definições:

I - Incorporação:

II - Fusão:

III - Cisão:

IV - Transferência de gerenciamento:

() operação que consiste na transferência de gestão de um plano de benefícios de uma entidade fechada para outra, mantidos os mesmos patrocinadores, e abrangendo a totalidade dos seus participantes e assistidos e a integralidade de seus ativos e passivos, incluindo os direitos e obrigações previstas no regulamento do plano de benefícios.

() absorção de um plano de benefício previdencial por outro que assume todos os seus direitos e obrigações, ficando mantidas as relações jurídicas já constituídas;

() transferência de parcela do patrimônio (bens, direitos e obrigações) de um plano de benefícios previdencial para um ou mais planos de benefícios previdenciais, extinguindo-se no caso de transferência total ou mantendo-se no caso de transferência parcial;

() união ou junção de dois ou mais planos de benefícios previdenciais, dando origem a um novo plano de benefício, que lhes sucedem em todos os seus direitos e obrigações;

Assinale a opção que indica a correspondência correta, na ordem apresentada.

(A) III, I, II, IV

(B) IV, II, I, III

(C) IV, I, II, III

(D) IV, I, III, II

(E) III, IV, I, II

2

Em relação ao segmento de renda variável, o Art. 22 da Resolução CMN nº 4.994, de 24/03/2022 prevê que a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) deve observar, em relação aos recursos garantidores de cada plano, o limite de até 70% (setenta por cento) no segmento de renda variável e, adicionalmente, a outros limites.

Avalie se os seguintes limites estão corretos.

- I. Até 70% (setenta por cento) dos recursos de cada plano em ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedade por ações de capital aberto cujas ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores, que assegure, por meio de vínculo contratual entre a bolsa e o emissor, práticas diferenciadas de governança.
- II. Até 50% (cinquenta por cento) dos recursos de cada plano em ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cujas ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores e que não estejam em segmento especial.
- III. Até 15% (quinze por cento) dos recursos de cada plano em *Brazilian Depositary Receipts* (BDR) classificados como nível II e III, em BDR lastreado em fundo de índice, e em cotas de fundo de índice do exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.
- IV. Até 5% (três por cento) dos recursos de cada plano em certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros.

Segundo o Art. 22 da Resolução CMN nº 4.994, estão corretas as afirmativas

(A) I e II, apenas.

(B) I, II e III.

(C) I, II e IV.

(D) I, III e IV.

(E) II, III e IV.

3

A Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, regula a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas com suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar. A referida lei estabelece diretrizes para o funcionamento e a supervisão desses fundos de pensão, visando garantir a transparência, a boa governança e a segurança dos benefícios previdenciários para os servidores públicos e empregados dessas instituições. A lei também inclui disposições sobre a responsabilidade das patrocinadoras e as condições para a administração e gestão dessas entidades.

De acordo com a Lei Complementar nº 108/01, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () O conselho deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios.
- () A escolha dos representantes dos participantes e assistidos dar-se-á por meio de eleição direta entre seus pares.
- () É vedado aos patrocinadores a cessão de pessoal às entidades de previdência complementar que patrocinam.

As afirmações são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

4

A Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004 e alterações, estabelece regras para a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário, tanto para os planos de previdência privada, como para os fundos de aposentadoria programada individual (FAPI). A lei prevê o regime de tributação regressiva e definitiva para as contribuições efetuadas, incentivando a poupança de longo prazo ao oferecer uma redução na alíquota do imposto de renda de acordo com o tempo de acumulação dos recursos.

De acordo com o Art. 1º a Lei nº 11.053/04, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A opção pelo regime de tributação poderá ser exercida até o momento da obtenção do benefício ou da requisição do primeiro resgate referente aos valores acumulados em planos de benefícios operados por entidade de previdência complementar ou por sociedade seguradora ou em FAPI e será irrevogável.
- () Nos casos de portabilidade de recursos e de transferência de participantes e respectivas reservas entre planos de benefícios de que trata o caput deste artigo, o prazo de acumulação do participante que, no plano originário, tenha optado pelo regime de tributação previsto neste artigo será computado no plano receptor.
- () As opções pelo regime de tributação serão exercidas pelos participantes e comunicadas pelas entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras e pelos administradores de FAPI à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, na forma por ela disciplinada.

As afirmações são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

5

O Guia Previc de Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria (2021) oferece diretrizes para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) que visam aprimorar a qualidade das informações contábeis e dos processos de auditoria interna e externa. O documento orienta sobre a padronização das práticas contábeis, a importância da transparência na divulgação de informações financeiras e a necessidade de uma governança sólida para assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações contábeis, contribuindo para a sustentabilidade do sistema previdenciário complementar.

De acordo com o item 132 desse guia, os patrocinadores públicos devem solicitar auditoria interna periódica, preferencialmente anual, sobre as atividades da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) que administra seus planos de benefícios, com destaque para o seguinte tópico:

- (A) política de investimentos e sua gestão.
- (B) despesas operacionais dos planos de saúde.
- (C) processos de concessão de aumentos salariais.
- (D) estrutura administrativa e de riscos da entidade.
- (E) negócios com partes relacionadas e respectiva avaliação.

6

O Comunicado Técnico CTA 08, publicado em 31 de julho de 2013, orienta os auditores independentes na emissão de relatórios sobre as demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). O documento detalha os procedimentos e responsabilidades dos auditores, destacando a importância de uma avaliação criteriosa dos ativos, passivos, resultados e do cumprimento das normas contábeis aplicáveis às EFPCs. O CTA 08 enfatiza a necessidade de transparência e rigor na auditoria, visando assegurar que as demonstrações contábeis reflitam de maneira adequada a situação financeira e atuarial dessas entidades.

Quando os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, tiverem sido auditados por outros auditores independentes, o auditor atual deve adicionar um parágrafo de

- (A) ênfase.
- (B) opinião adversa.
- (C) outros assuntos.
- (D) opinião com ressalva.
- (E) deficiências de controle.

7

De acordo com a NBC PG 01 – CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, o contador deve estabelecer, por escrito, o valor dos serviços em suas propostas de prestação de serviços profissionais.

Avalie se, para isso, o contador deve considerar, entre outros, os seguintes elementos:

- I. O local em que o serviço será prestado.
- II. A peculiaridade de tratar-se de cliente eventual, habitual ou permanente.
- III. O resultado lícito favorável que, para o contratante, advirá com o serviço prestado

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

8

Leia o fragmento a seguir.

As firmas frequentemente formam estruturas maiores com outras firmas e entidades para aumentar a sua capacidade de prestar serviços profissionais. Se essas estruturas maiores criam uma rede depende dos fatos e das circunstâncias específicas, e não depende de as firmas e entidades serem _____. A firma em rede deve ser _____ clientes de auditoria das outras firmas da rede.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima, de acordo com a NBC PA 400 - INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO.

- (A) de porte semelhante - integrada aos
- (B) de porte semelhante - responsável pelos
- (C) partes relacionadas - responsável pelos
- (D) legalmente separadas e distintas - integrada aos
- (E) legalmente separadas e distintas - independente dos

9

A Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 autoriza a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) a editar instruções complementares para a fiel execução do disposto nessa Resolução. Estão incluídas nessas autorizações, de acordo com o Art. 2º da referida Resolução, as seguintes ações, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Estabelecer procedimentos contábeis específicos das entidades.
- (B) Estruturar a planificação contábil padrão.
- (C) Estruturar procedimentos administrativos junto à Previc.
- (D) Estruturar as demonstrações contábeis a serem enviadas para a Previc.
- (E) Disciplinar a forma, o meio e a periodicidade para envio das demonstrações contábeis.

10

A Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001, dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar. Segundo o Art. 6º da referida Lei, o custeio dos planos de benefícios será responsabilidade do patrocinador e dos participantes, inclusive assistidos. Analise as afirmativas a seguir considerando o referido Artigo:

- I. A contribuição normal do patrocinador para o plano de benefícios não poderá exceder a do participante.
- II. Além das contribuições normais, os planos poderão prever o aporte de recursos pelos participantes, a título de contribuição facultativa, com contrapartida do patrocinador.
- III. É vedado ao patrocinador assumir encargos adicionais para o financiamento dos planos de benefícios, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.
- IV. A despesa administrativa da entidade de previdência complementar será custeada unicamente pelos participantes e assistidos, atendendo a limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

Segundo o Art. 6º da Lei Complementar nº 108, estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) II, III e IV.

11

A Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar. O Art. 20 destaca que o resultado superavitário dos planos de benefícios das entidades fechadas, ao final do exercício, satisfeitas as exigências regulamentares relativas aos mencionados planos, será destinado à constituição de reserva

- (A) especial.
- (B) de contingência.
- (C) legal.
- (D) de emergência.
- (E) financeira.

12

O Decreto nº 4.942, de 30/12/2003 regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação.

Assinale a opção que apresenta corretamente uma penalidade administrativa.

- (A) Suspensão do exercício de atividades em entidade de previdência complementar pelo prazo de até trezentos e sessenta dias.
- (B) Suspensão do exercício de atividades em entidade de previdência complementar pelo prazo de até quinhentos e quarenta dias.
- (C) Inabilitação, pelo prazo de dois a quinze anos, para o exercício de cargo ou função em entidade de previdência complementar, sociedades seguradoras, instituições financeiras e no serviço público.
- (D) Inabilitação, pelo prazo de três a vinte anos, para o exercício de cargo ou função em entidade de previdência complementar, sociedades seguradoras, instituições financeiras e no serviço público.
- (E) Multa de R\$2.000,00 (dois mil reais) a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), podendo ser atenuada nos casos em que ocorra a regularização do ato que ensejou a infração, até a decisão administrativa de primeira instância.

13

A Resolução CNPC nº 44, de 06/08/2021, dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as entidades fechadas de previdência complementar. Analise as afirmativas a seguir em relação ao Comitê de Auditoria, à luz da referida Resolução.

- I. As entidades classificadas pela Previc com base em critérios objetivos, que levem em consideração porte e relevância, devem constituir Comitê de Auditoria.
- II. O Comitê de Auditoria deve ser composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco integrantes, com mandato de quatro anos.
- III. A extinção do Comitê de Auditoria somente pode ocorrer quando a entidade não mais apresentar as condições estabelecidas na Resolução CNPC nº 44 de 06/08/2021 e ter cumprido as atribuições relativas aos exercícios sociais em que foi exigido o seu funcionamento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

14

A Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021 dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários.

Com relação às exigências e procedimentos constantes nesta Resolução, analise as afirmativas a seguir.

- I. O balancete do plano de benefícios, o balancete do plano de gestão administrativa e o balancete consolidado são balancetes obrigatórios para as EFPC.
- II. É vedada a transferência de títulos públicos federais da categoria "títulos para negociação" para a categoria "títulos mantidos até o vencimento".
- III. A verificação de déficit no plano de benefício ou a alteração de premissas atuariais pode ser configurada como motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto para justificar uma reclassificação dos títulos públicos federais classificados na categoria "mantidos até o vencimento" para a categoria "títulos para negociação".

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, somente.
- (B) I, II e III.
- (C) III, somente.
- (D) I, somente.
- (E) I e II, somente.

15

Um auditor independente foi contratado por uma entidade fechada de previdência complementar classificada no segmento S3 para atendimento às exigências constantes na Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023.

Avalie se os relatórios obrigatórios que devem ser elaborados anualmente por esse auditor independente incluem os seguintes:

- I. relatório sobre as demonstrações contábeis, em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
- II. relatório circunstanciado sobre as deficiências de controles internos, identificadas as respectivas recomendações em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade para Trabalhos de Auditoria - Comunicação de Deficiências de Controle Interno; e
- III. relatório para propósito específico, no qual deve ser avaliada a adequação dos controles internos aos riscos suportados, bem como a governança da EFPC.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o relatório descrito no item I deve ser elaborado.
- (B) Apenas os relatórios descritos nos itens I e II devem ser elaborados.
- (C) Os relatórios descritos nos itens I, II e III devem ser elaborados.
- (D) Apenas os relatórios descritos nos itens I e III devem ser elaborados.
- (E) Apenas o relatório descrito no item II deve ser elaborado.

16

Em relação às entidades fechadas de previdência complementar e à tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nos casos de portabilidade de recursos e de transferência de participantes e respectivas reservas entre planos de benefícios de caráter previdenciário, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, o participante poderá optar por um regime de tributação para o plano receptor diferente do regime de tributação do plano originário.
- (B) No caso das entidades cujos patrocinadores são privados, o Conselho Deliberativo poderá ter no máximo seis membros, sendo que metade deverá ser preenchida por representantes dos participantes e assistidos, e a outra metade, por indicação dos patrocinadores, cabendo a estes a indicação do presidente do Conselho.
- (C) Os fundos de investimento cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte por ocasião do resgate.
- (D) As entidades fechadas de previdência complementar são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.
- (E) Nas entidades patrocinadas pela administração pública direta ou indireta, a composição do Conselho Fiscal deverá ser constituída por, no máximo, quatro membros, com representação paritária entre patrocinadores, participantes e assistidos, cabendo a esses a indicação do conselheiro presidente.

17

Em relação à emissão do relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e as melhores práticas de auditoria, analise as afirmativas a seguir:

- I. O controle patrimonial realizado por meio de escrituração contábil deve respeitar a independência patrimonial, de forma a identificar, de maneira consolidada, os planos de benefícios administrados pela EFPC e o Plano de Gestão Administrativa - PGA, visto que são informações essenciais para os usuários da informação.
- II. O auditor independente deve analisar se a taxa real de juros para cada plano de benefícios, ainda que em percentual superior ao estabelecido pelo CNPC, foi justificada pela EFPC com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.
- III. No planejamento e execução dos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações contábeis das EFPCs que incluem mais de um plano de benefícios, o auditor deve levar em consideração o ambiente de controles internos, as principais características dos planos de benefício, os níveis de materialidade planejada por plano de benefício, entre outros aspectos, de forma a ter segurança razoável que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais estão livres de erros materiais causados por erros ou fraude.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

18

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 620 – UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DE ESPECIALISTAS, trata da responsabilidade do auditor em relação ao trabalho de pessoa ou organização em área de especialização que não contabilidade ou auditoria, quando esse trabalho é utilizado para ajudar o auditor a obter evidência de auditoria suficiente e apropriada.

Com relação aos requerimentos contidos na NBC TA 620, analise as afirmativas a seguir:

- I. A identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante é exclusiva do auditor, não sendo um assunto em que um especialista do auditor pode ajudar o auditor a obter evidência de auditoria suficiente e apropriada.
- II. O auditor deve avaliar se o especialista por ele contratado possui competência, habilidades e objetividade necessárias para fins da auditoria. No caso de especialista externo, a avaliação da objetividade deve incluir a indagação sobre interesses e relações que podem criar uma ameaça à objetividade desse especialista.
- III. Se o auditor fizer referência ao trabalho de especialista do auditor em seu relatório, porque essa referência é relevante para o entendimento de ressalva ou outra modificação na sua opinião, o auditor deve indicar no relatório que essa referência não reduz a sua responsabilidade por essa opinião.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

19

Com relação à prestação de serviços de auditoria independente para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Constitui uma das atribuições do Comitê de Auditoria, avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e o tratamento de informações acerca do descumprimento, pela entidade, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis.
- () O retorno do responsável técnico, do diretor, do gerente e de qualquer outro integrante com função de gerência da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, somente poderá ocorrer após decorridos cinco exercícios sociais contados a partir da data de sua substituição.
- () As EFPC são obrigadas a constituir Comitê de Auditoria, o qual deve ser composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco integrantes, com mandato de três anos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – V – V.
- (D) V – F – V.
- (E) V – F – F.

20

Conforme a Resolução CNPC nº 44, de 06/08/2021, analise as afirmativas a seguir quanto às atribuições mínimas do Comitê de Auditoria:

- I. Deve avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, quando existente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos.
- II. Deve reunir-se, no mínimo anualmente, com a Diretoria Executiva da entidade e com os responsáveis, tanto pela auditoria independente, como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria contábil, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros.
- III. Deve avaliar se o especialista contratado pelo auditor possui competência, habilidades e objetividade necessárias para fins da auditoria, inclusive indagando sobre interesses e relações que podem criar uma ameaça à objetividade desse especialista.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

21

Uma EFPC apresenta as seguintes informações relacionadas a um plano de benefícios:

- Saldo da Reserva de Contingência antes da destinação do superávit do período = R\$2.700.000,00.
- Valor das Provisões Matemáticas = R\$12.000.000,00.
- Duração do Passivo do plano = 14 anos.
- Superávit do plano de benefícios no período = R\$500.000,00

Considerando exclusivamente essas informações e o disposto na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, assinale a afirmativa correta em relação à destinação do superávit do plano de benefícios da EFPC no período.

- (A) O limite da constituição da Reserva de Contingência é de R\$2.880.000,00. Assim, a EFPC deve destinar R\$180.000,00 para a Reserva de Contingência e R\$320.000,00 para a constituição da Reserva Especial para Revisão de Plano.
- (B) O limite da constituição da Reserva de Contingência é de R\$3.000.000,00. Assim, a EFPC deve destinar R\$300.000,00 para a Reserva de Contingência e R\$200.000,00 para a constituição da Reserva Especial para Revisão de Plano.
- (C) O saldo da Reserva de Contingência já atingiu o limite. Assim, a EFPC deve destinar integralmente o superávit de R\$500.000,00 para a constituição da Reserva Especial para Revisão de Plano.
- (D) Como o limite para a constituição da Reserva de Contingência corresponde a 30% do valor das Provisões Matemáticas, a EFPC deve destinar integralmente o superávit de R\$500.000,00 para a Reserva de Contingência.
- (E) O limite da constituição da Reserva de Contingência é de R\$3.200.000,00. Assim, a EFPC deve destinar integralmente o superávit de R\$500.000,00 para a Reserva de Contingência.

22

Considere que uma EFPC possui, na data das demonstrações contábeis, a seguinte carteira referente a direitos creditórios derivados de contratos de empréstimos junto aos participantes de planos de benefícios:

Valor do Crédito	Quantidade de Dias de Atraso
R\$650.000,00	Sem atraso.
R\$120.000,00	80 dias.
R\$80.000,00	130 dias.
R\$50.000,00	200 dias.

De acordo com a Resolução PREVIC nº 23/2023, assinale a opção que indica o procedimento contábil que a EFPC deve adotar nas demonstrações contábeis.

- (A) A EFPC deve, no mínimo, constituir provisão para perdas no montante de R\$57.500,00.
- (B) A EFPC não deve constituir provisão para perdas, pois nenhum dos créditos em atraso ultrapassou o prazo de 360 dias.
- (C) A EFPC deve, no mínimo, constituir provisão para perdas no montante de R\$51.000,00.
- (D) A EFPC deve considerar como incobrável o valor de R\$50.000,00, pois a quantidade de dias em atraso ultrapassou o prazo de 180 dias.
- (E) A EFPC deve, no mínimo, constituir provisão para perdas no montante de R\$33.000,00.

23

Em relação às diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os contratos das operações de empréstimos pessoais concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos devem conter cláusula de consignação em pagamento da reserva até o valor estipulado para o instituto do resgate.
- II. A EFPC deve observar, em relação aos recursos de cada plano, o limite de até 100% (cem por cento) no segmento de renda fixa e, adicionalmente, até 80% (oitenta por cento) dos recursos de cada plano em ativos financeiros de renda fixa de emissão, com obrigação ou coobrigação, de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- III. A EFPC deve observar, em relação aos recursos garantidores de cada plano, o limite de até 15% (quinze por cento) no segmento de operações com participantes no conjunto de empréstimos pessoais concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos e dos financiamentos imobiliários concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

24

Em relação às atribuições do Conselho Fiscal das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e habilitação de seus membros, avalie se os itens a seguir são verdadeiros (V) ou falsos (F).

- () Entre os requisitos mínimos para posse no cargo de membro do conselho fiscal, deve-se comprovar experiência de no mínimo cinco anos no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, de atuária, de previdência ou de auditoria.
- () O conselho fiscal é o órgão de controle interno, responsável pelo acompanhamento da gestão administrativa e econômico-financeira da EFPC e de seus planos de benefícios e pode contratar especialistas ou empresa especializada para a consecução dos seus objetivos.
- () Um dos requisitos de elegibilidade ao exercício do cargo de membro do conselho fiscal de uma EFPC é a apresentação de certificado emitido por instituição certificadora reconhecida pela PREVIC, a exemplo do certificado CIA (*Certified Internal Auditor*), emitido pelo Instituto dos Auditores Internos, obtido após aprovação em exame específico.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

25

Uma EFPC administra quatro planos de benefícios de caráter previdenciário, que compartilham uma mesma estrutura para a gestão dos planos. A EFPC utiliza uma metodologia de rateio das despesas administrativas comuns aos planos de benefícios para fins de registro contábil no Plano de Gestão Administrativa. Conforme determinação normativa, a EFPC divulga nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis os critérios que ela utiliza para o rateio das despesas administrativas entre os planos de benefícios, conforme quadro a seguir:

	Administração do Ativo	Administração do Passivo
Total	57,50%	42,50%
Plano A	9,00%	45,00%
Plano B	30,00%	21,00%
Plano C	48,00%	27,00%
Plano D	13,00%	7,00%

Considerando que, em um determinado mês do ano, a EFPC incorreu em R\$2.500.000,00 de despesas administrativas, indique a opção que representa o montante das despesas administrativas a ser registrado em cada um dos planos de benefícios da EFPC, conforme a metodologia de rateio da EFPC.

- (A) Plano A = R\$129.375,00.
Plano B = R\$431.250,00.
Plano C = R\$690.000,00.
Plano D = R\$186.875,00.
- (B) Plano A = R\$261.250,00.
Plano B = R\$607.500,00.
Plano C = R\$654.375,00.
Plano D = R\$976.875,00.
- (C) Plano A = R\$607.500,00.
Plano B = R\$654.375,00.
Plano C = R\$976.875,00.
Plano D = R\$261.250,00.
- (D) Plano A = R\$654.375,00.
Plano B = R\$261.250,00.
Plano C = R\$607.500,00.
Plano D = R\$976.875,00.
- (E) Plano A = R\$478.125,00.
Plano B = R\$223.125,00.
Plano C = R\$286.875,00.
Plano D = R\$74.375,00.

Questão Discursiva 1

Para estabelecer o plano de custeio necessário para manter o equilíbrio e a solvência atuarial de plano de benefícios é necessária a realização de avaliação atuarial para dimensionar os compromissos do plano de benefícios. O artigo 75 da Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, estabelece que toda a hipótese atuarial adotada para avaliação atuarial de plano de benefícios deve estar embasada em estudo técnico de adequação.

Sobre o estudo técnico de adequação das hipóteses atuariais, responda, em no máximo 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Indique o que deve ser demonstrado para cada plano de benefícios no estudo técnico de adequação.**
- B) Indique o que deve acompanhar o estudo técnico de adequação.**
- C) Indique os requerimentos normativos necessários para a elaboração do estudo técnico de adequação.**
- D) Indique os requerimentos normativos relacionados ao prazo de validade do estudo técnico de adequação.**

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO

Questão Discursiva 2

Os auditores independentes examinaram as demonstrações contábeis da Flamengo – Fundação de Previdência e Assistência Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 43) em 31 de dezembro de 20xx e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Na Gestão Assistencial, conforme nota explicativa nº x, as demonstrações contábeis, constituídas por planos de assistência médica registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, são elaboradas à parte de acordo com as normas específicas para o setor de saúde, sendo nestas demonstrações contábeis apresentados os valores consolidados de ativo, passivo e a variação patrimonial. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possui registrado no Plano de Assistência à Saúde os montantes de R\$300.000 mil em total de ativos, R\$160.000 mil de patrimônio social e apurou um déficit R\$40.000 mil neste exercício.

Os auditores independentes até a data da emissão do relatório não conseguiram obter evidências de auditoria suficientes e apropriadas que corroborassem os valores apresentados no ativo, no passivo, no patrimônio social e no resultado do exercício, bem como não realizaram outros procedimentos de auditoria persuasivos sobre os montantes registrados. Dessa forma, não foi possível determinar eventuais ajustes e impactos dessa limitação sobre os saldos apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado e Mutação Patrimonial Consolidada da Entidade. Os auditores julgaram que esta limitação teve o efeito relevante mas não generalizado sobre as demonstrações contábeis da Entidade.

Os auditores independentes chamaram atenção para um Déficit Acumulado - Resultado do plano Contribuição Definida (CD), de acordo com a nota explicativa nº xx, em que a Entidade apurou um déficit técnico acumulado de R\$48.000 mil milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O Déficit Técnico Acumulado no exercício é superior ao limite de déficit calculado conforme o Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018, portanto, é necessário elaborar um plano para equacionamento de R\$34.000 mil milhões pelo prazo máximo de 14,5 anos. A opinião dos auditores não contém modificação em função desse assunto.

Considerando a situação acima descrita, responda, em no máximo 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Defina opinião modificada e opinião não modificada constante no parecer do auditor independente.**
- B) Defina parágrafo de ênfase e indique quando o auditor deve usá-lo.**
- C) No caso da Flamengo – Fundação de Previdência e Assistência Social (“Entidade”), identifique o tipo de parecer que os auditores independentes devem emitir.**
- D) No caso da Flamengo – Fundação de Previdência e Assistência Social (“Entidade”), indique se os auditores independentes devem emitir um parágrafo de ênfase. Se sim, identifique sobre qual assunto específico isso deve ser feito.**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

RASCUNHO

Realização

